



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

“30º ANIVERSÁRIO DO ACORDO GERAL DE PAZ EM MOÇAMBIQUE”

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DOS 30 ANOS DO ACORDO GERAL DE PAZ EM MOÇAMBIQUE.

MAPUTO, 04 OUTUBRO DE 2022

Moçambicanas e Moçambicanos;

Caros Compatriotas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Moçambique celebra hoje, 4 de Outubro de 2022, 30 anos da assinatura do Acordo Geral de Paz, rubricado a 4 de Outubro de 1992, na capital italiana, Roma, entre o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, em representação do Governo e Afonso Dhlakama, Presidente da RENAMO.

Para a celebração destes 30 anos da paz entre os moçambicanos, permitam-me que vá buscar, com algum detalhe e num exercício de retrospectiva, elementos que marcaram a nossa história de independência, conflito interno e paz, porque ela deve ser contada.

A génese do nosso Estado e dos desafios do período pós-independência devem ser lidos a partir do prisma criado, aquando da Luta de Libertação Nacional.

Com o advento da independência, nem tudo correu como queríamos, pois, tempos depois, foi-nos imposta uma guerra fratricida, levada a cabo pelos nossos irmãos, instrumentalizados pelo regime minoritário da Rodésia e depois pelo regime de apartheid da África do Sul.

O interesse rodesiano em patrocinar uma força rebelde em Moçambique tem as suas raízes na ofensiva da Frelimo contra os portugueses na província de Tete, em 1973.

O sucesso da Frelimo levou a que as forças de inteligência da então Rodésia do sul (CIO), actual Zimbabwe, tentassem formar, juntamente com a inteligência portuguesa (DGS), um grupo rebelde alternativo à Frelimo, partido no poder, que pudesse recolher informações sobre as operações da ZANLA - Força Africana de Libertação Nacional do Zimbabwe, apoiada por Moçambique.

Os esforços para formar tal grupo foram, no entanto, frustrados pelo golpe de estado de 25 de Abril de 1974, em Portugal, facto que permitiu a transição do poder em Moçambique, aquando da independência em 1975.

Adicionalmente, em cumprimento da resolução das Nações Unidas, o nosso país fechou as fronteiras com a Rodésia, continuou a apoiar a ZANLA, na sua luta pela libertação do actual Zimbabwe.

Esse mesmo grupo fundou uma Rádio rebelde, a Voz da África Livre, numa tentativa de manipular e recrutar mais moçambicanos.

Para todos efeitos, até então, o grupo denominado por MNR – Movimento Nacional de Resistência, não passava de uma quinta coluna rodesiana anti-Frelimo a operar em Moçambique.

Para a sua sobrevivência, ela dependia inteiramente da ajuda rodesiana. Frequentemente, operava como parte das operações dos Selous Scouts ou outros ramos das forças de defesa e segurança da Rodésia.

Porém, em finais de 1975, o seu papel tornou-se ainda mais claro: sabotagem económica e desorganização da população moçambicana, através de incêndio de aldeias; pilhagem de cooperativas agrícolas, lojas e hospitais; ataques a ferrovias e infra-estruturas rodoviárias; invasão a campos de reeducação e interrupção do comércio em geral.

No advento da independência do Zimbabwe, em 1980, o grupo desestabilizador estava na dependência do regime racista e de apartheid da África do Sul, tendo, na sequência, estado sob o patrocínio da Inteligência Militar sul-africana, que já em 1979, prestava o seu apoio indireto, através do CIO, inteligência da Rodésia do Sul e estava reagrupado em uma base já montada na montanha SITATONGA, próximo do monte CHIMANIMANI.

Os esforços de Moçambique na busca da paz na região e, concretamente, em Moçambique, levaram a que, em Março de 1984, Moçambique assinasse um acordo de boa-vizinhança e não-agressão com a África do Sul, que ficou conhecido por Acordo de Nkomati.

À luz do Acordo de Nkomati, a África do Sul comprometera-se a parar o apoio material, logístico, técnico e tecnológico à Renamo.

Perante claras evidências da violação do acordo, o governo de Moçambique desdobrou-

se em iniciativas de Paz, tendo a África do Sul como parceiro.

Nesse ano, o Presidente Samora Machel anunciou a primeira amnistia a todos os irmãos da Renamo que voluntariamente se pudessem entregar para posterior reintegração na sociedade.

Em Junho e Julho de 1984, Jacinto Veloso e Sérgio Vieira encontram-se com a delegação da Renamo em Pretória, para conversações. As negociações não deram o fruto desejado, porque a Renamo de Evo Fernandes exigia a dissolução da Assembleia Popular, do Governo e a formação de um governo de unidade, no qual a Renamo fizesse parte.

Em Outubro de 1984, perante a exigência do Governo de Moçambique para a cessação das hostilidades militares como condição para o diálogo, Afonso Dhlakama aceitou. Decorrente disso, foi constituída uma comissão com a tarefa de trabalhar para a materialização da declaração.

Com efeito, a declaração em nenhum momento foi cumprida e a guerra entre o Governo e a Renamo continuou.

Em 1985, ficou evidente que a África do Sul, principalmente as suas forças de defesa, continuava a prestar apoio à Renamo. Tal evidência ficou comprovada com o assalto à Casa Banana, no mesmo ano de 1985, no qual muita documentação foi recolhida, e em que os diários dos dirigentes da Renamo documentavam a continuada comunicação entre as Forças Armadas Sul-africanas e a Renamo, bem como o apoio prestado.

Com efeito, em 1983, o regime de apartheid da África do Sul assistiu à Renamo na transferência da sua base central de Phalaborwa (África do Sul), para Gorongosa, bem no interior de Moçambique.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Nesta caminhada, as igrejas moçambicanas deram um importante contributo para este processo. O Conselho Cristão de Moçambique (CCM), órgão que na altura reunia 17 das igrejas protestantes do país, envolveu-se desde 1984, tendo abordado o Presidente

Samora Machel para dele obter um aval para um diálogo discreto e confidencial com a Renamo. A Igreja Católica em Moçambique começou, por seu turno, a apelar abertamente, também a partir de 1984, ao diálogo entre o Governo e a Renamo.

Com o novo "sinal verde" do Presidente Chissano às igrejas moçambicanas, iniciou-se a preparação para o contacto com a Renamo. O primeiro contacto do Conselho Cristão de Moçambique com a Renamo realizou-se em Fevereiro de 1988, em Washington, D.C., enquanto uma delegação visitava os Estados Unidos da América, a convite do Conselho Nacional das Igrejas de Cristo.

Em Maio e Outubro de 1988, dois representantes do Conselho Cristão de Moçambique e igual número de representantes católicos contactaram as autoridades quenianas, pedindo os seus bons ofícios para a realização, em Nairobi, de um encontro entre os clérigos e a Renamo.

A iniciativa das Igrejas de promover o diálogo entre a Renamo e o Governo tornou-se pública em Novembro de 1988. Em Dezembro do mesmo ano, realizou-se em Nairobi, a primeira reunião entre o Conselho Cristão de Moçambique e a Renamo.

As conversações directas entre a Renamo e o Governo de Moçambique tiveram finalmente lugar em Roma, nos dias 8 e 10 de Julho de 1990, na sede da Comunidade de Santo Egídio.

A delegação do Governo foi chefiada pelo Presidente Armando Emílio Guebuza, então Ministro dos Transportes e Comunicações. A Renamo enviou Raul Domingos, Vicente Ululu e João Almirante. Estiveram presentes observadores da Comunidade de Santo Egídio e do Governo italiano, bem como o Arcebispo Católico da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves.

Daí em diante, as negociações continuaram até culminarem com a assinatura, a 04 de Outubro de 1992, do Acordo Geral de Paz.

Como se pode ver, o que chamamos de guerra dos 16 anos foi um conflito que começou como externo e depois domesticou-se.

Alguns historiadores dividem a guerra dos 16 anos em dois períodos: Guerra de desestabilização, que vai desde o seu advento até 1984, altura dos Acordos de Nkomati

e Guerra civil, que vai do ano de 1984 até à assinatura do Acordo Geral de Paz, em Roma, em 1992.

Para esses historiadores, a guerra de desestabilização corresponde ao período em que os regimes racistas da Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, e de apartheid da África do Sul, organizaram, armaram e apoiaram diretamente a Renamo, antes conhecida por MNR – Movimento Nacional de Resistência.

Por sua vez, a Guerra Civil corresponde ao período pós Acordos de Nkomati e caracterizou-se pela transformação do conflito em si, com vista a encontrar-se uma base negociável para a Paz. Trata-se, isso sim, de demonstrar como a falta de uma consciência nacionalista pode, por qualquer outro motivo inferior, levar homens e mulheres a vergar perante as manipulações.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Ao longo da caminhada destes 30 anos, a nossa paz conheceu algumas situações que tentaram prejudicar a sã e pacífica convivência entre irmãos moçambicanos, afectando sobretudo, a região centro do País concretamente, as províncias de Sofala e Manica, contudo, a vontade de vencer e de construir um Moçambique melhor falaram mais alto.

Quando comemorávamos o vigésimo aniversário do Acordo Geral de Paz, eis que o conflito reacende. No dia 12 de Outubro de 2012, o então líder da Renamo, Afonso Dhlakama instala-se novamente numa base militar em Gorongosa e inicia o treinamento dos antigos guerrilheiros, exigindo uma nova ordem política.

No dia 03 Dezembro do mesmo ano, começaram as conversações entre o Governo e a RENAMO, que exigia uma maior representação nas forças armadas, a revisão do sistema eleitoral e um quinhão mais importante das receitas de gás e carvão.

As conversações continuaram até mais de cem rondas sem sucesso à vista. Um acordo possível chegou a 24 de Agosto de 2014, quando em Maputo, o Governo e a RENAMO assinaram o Cessar-fogo. Tal acordo, ratificado no dia 5 de Setembro de 2014, permitiu que todos os partidos políticos, incluindo a Renamo e seu líder, participassem dos processos eleitorais aprazados para aquele ano.

A par desse objetivo, o acordo também previa a desmilitarização da Renamo, missão para a qual se juntou a Equipa da Missão de Observação da Cessação das Hostilidades Militares (EMOCHM) que depois de 195 dias de trabalho, chega ao fim em Maio de 2015, sem que tenha conseguido desmobilizar sequer um soldado da Renamo.

Fruto dos desentendimentos do processo eleitoral e de assuntos pendentes do acordo anterior, o conflito volta a reacender logo a seguir ao anúncio dos resultados eleitorais.

Nos dias 07 e 09 de Fevereiro, encontrei-me com o líder da Renamo no Indy Village. O encontro permitiu que os deputados da Renamo fossem tomar posse na Assembleia da República. Também permitiu que a Renamo expressasse a sua vontade de “governar onde ganhasse”.

Foi nesse prisma que um dos acordos do encontro foi o de ter permitido que a Renamo submetesse ao parlamento a sua primeira iniciativa de descentralização.

Do primeiro encontro, tantos outros surgiram, incluindo os que aconteceram durante as minhas deslocações às montanhas de Gorongosa. Nestes encontros, construímos bases para a confiança mútua, da qual resultaram um conjunto de iniciativas legislativas, como a revisão pontual da constituição para fazer constar, entre outros aspetos, a realização de eleições distritais aprazadas para 2024, bem como a figura do secretário de Estado na província.

Continuamos a jornada de conversações com o novo líder da Renamo, Ossufo Momade, após a partida prematura de Afonso Dhlakama, em Maio de 2018. Com a nova liderança, organizámos o resto da agenda e o roteiro de Paz, anteriormente acordada com o falecido Afonso Dhlakama, o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das tropas residuais – DDR.

A assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades em Chitengo, Parque Nacional da Gorongosa, seguida do Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional, em 06 de Agosto de 2019, marcaram o fim de um caminho ainda por percorrer, mas desde então, as armas calaram.

Foi um caminho longo, de 30 anos de avanços e revés. A única ilação que podemos tirar, volvidos 30 anos do Acordo Geral de Paz, é a de que vale a pena lutarmos pela

Paz. E os moçambicanos são, quanto a este aspeto, resolutos.

A pequena resenha histórica que aqui fizemos documenta a multiplicidade de esforços de diversas forças vivas, na busca pela Paz e tem que ser contada sem pesadelos, porque ela é património dos Moçambicanos.

Devemos todos unir-nos em defesa da Paz dos moçambicanos e ela deve permanecer eterna. Não há homens da Renamo, nem homens do Governo. Há moçambicanos, cobertos por uma bandeira multicolor.

Compatriotas!

A nossa grande mensagem para este dia é que aprendamos a conviver e a respeitar as diferenças.

Temos a registar os assinaláveis progressos do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos antigos guerrilheiros da Renamo e, até ao momento, já foram abrangidos por este processo pouco mais de quatro mil ex-guerrilheiros, de um total de cinco mil e duzentos e vinte e um registados.

Auguramos que, até ao fim deste ano, possamos concluir o processo de DDR, o que significará um marco na implementação do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional.

Tomamos o ensejo para agradecer aos nossos parceiros de cooperação, a vários níveis que, com o seu inestimável apoio, contribuem para o alcance deste desiderato.

Estamos todos empenhados em garantir uma massiva produção e produtividade em todos os domínios.

Estas acções contribuem sobremaneira para a Edificação da sociedade moçambicana que está atenta e comprometida com o desenvolvimento do País. Refiro-me ao desenvolvimento para paz.

Quero reafirmar o compromisso do meu Governo, com a agenda de desenvolvimento do país e isso só é possível com uma paz efectiva e genuína.

Não posso deixar de reconhecer a todos aqueles que, ao longo dessas três décadas,

contribuíram de forma abnegada na promoção da Paz, do desenvolvimento e do bom nome de Moçambique em diversas frentes: social, política, económica, cultural, desportiva, honrando com responsabilidade e sacrifício o nosso belo País.

Todos somos instados a engajarmo-nos na manutenção da Paz, através de uma constante reconciliação a todos os níveis.

Renovamos o nosso compromisso de tudo fazer para a defesa da nossa soberania e bem-estar do nosso Povo.

Bem-haja a Paz dos Moçambicanos.

Muito Obrigado pela Atenção!